

Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores

apontamentos sobre a organização do professorado nas décadas de 1930 e 1940

Adriana Duarte Leon*
Giana Lange do Amaral**

Resumo:

O objetivo deste trabalho é trazer apontamentos sobre a atuação da Associação Sul Rio-Grandense de Professores e da Associação Católica de Professores e Cultura Social, instituições que existiram na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, desde a década de 1930 e realizaram diversas ações no sentido de respaldar o trabalho do professorado. O recorte temporal estabelecido corresponde ao período inicial de atuação dessas instituições. As fontes utilizadas são escritas e constituem-se de livros de atas e três periódicos que circularam ininterruptamente no período em questão. Conclui-se que as associações ocuparam papel relevante no que se refere à consolidação da profissão docente, constituíram-se como importantes entidades representativas e contribuíram para a profissionalização e a valorização do professorado em âmbito local.

Palavras-chave:

associações de professores; profissão docente; valorização docente.

* Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas. Integrante e colaboradora do Centro de Investigação em História da Educação (CEIHE).

** Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas. Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul State Teachers Association and Catholic Teachers Association

annotations on teachers organization in the 1930's and 1940's

Adriana Duarte Leon
Giana Lange do Amaral

Abstract:

The main goal of this article is to take some annotations about the performance of the Rio Grande do Sul State Teachers Association and the Catholic Teachers and Social Culture Association, which used to act in the city of Pelotas since the 1930's, in the sense of their influence on the teaching force. The temporal design tries to cover the trajectories of these associations from the beginning. The written sources are book of meeting records and registers, and three journals, which uninterruptedly circulated in that period. It concludes that those associations had a relevant role in terms of consolidating teaching profession, had a strong representation, and had a significant contribution to improve teachers prestigious locally.

Keywords:

teachers association; teaching profession; teachers prestigious.

Introdução

O objetivo deste trabalho é realizar alguns apontamentos sobre a Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRGP) e a Associação Católica de Professores e Cultura Social (ACPCS), que surgiram na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, na década de 1930. Essas associações representaram os interesses do laicismo e do catolicismo no âmbito educacional, refletindo muito do contexto histórico, social e político do país no período. O recorte temporal estabelecido para esta pesquisa corresponde ao período inicial de atuação dessas instituições.

Cabe esclarecer que, neste estudo, o termo *laicismo* prende-se ao conceito de *secularização*, que é o processo de perda progressiva dos valores cristãos, gerado pela expansão do capitalismo, que provocou inúmeras mudanças no campo social e cultural. Mudanças essas impulsionadas, no Brasil, ainda no século XIX, por movimentos ligados à ideia de modernidade, ou seja, de cunho liberal e republicano. Segundo Manuel (1996, p. 26), eram emblemas desse mundo moderno que trazia a ciência, a tecnologia, a modernização dos meios de produção e de transportes: a liberdade de credo e de consciência, a rotatividade do Poder Executivo, a participação popular (ainda que limitada), o questionamento da sociedade patriarcal e a indicação da educação para todos (inclusive para as mulheres). O autor lembra que o catolicismo brasileiro rejeitou a modernidade, que era identificada pela Igreja como laicismo, ateísmo, liberalismo, positivismo, feminismo, maçonaria e comunismo.

Se no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX se consolidam também os movimentos anticlericais no Brasil, a Igreja católica, por sua vez, liberta de uma relação de subserviência ao Estado, realiza reformas internas que ajudam a melhorar sua imagem. A decadência institucional das décadas anteriores é revertida pelo fortalecimento das ordens religiosas, que passam a recrutar e a importar novos membros. Muitas congregações religiosas entram no Brasil no final do século XIX

e fundam colégios¹. É instituído um maior controle sobre as atividades clericais, bem como um processo de expansão e descentralização das dioceses, que acabam por recuperar para a Igreja um espaço que vinha sendo perdido.

Por meio da intensa *romanização*, a Igreja católica, no Brasil, supera a situação de decadência enfrentada ainda nos primeiros anos da República Velha e revitaliza-se, apresentando uma postura mais ágil e agressiva, e assumindo, no final desse período, uma incontestável hegemonia ideológica (Tambara, 1995).

A busca de fortalecimento institucional da Igreja tinha como meta a fundação e propagação da “boa imprensa”, a oposição ao ensino laico, assim como a organização das forças católicas no terreno político – que atingiam o governo e as instituições, visando trazer de volta a nação ao catolicismo. Tudo isso sem se descuidar das questões sociais provocadas pela luta entre o capital e o trabalho, terreno fértil à divulgação de doutrinas tidas como revolucionárias, subversivas e inimigas da ordem proposta pelo catolicismo. Esse empreendimento restaurador da Igreja fazia-se através de ações de combate à secularização e da busca de apoio do Estado em defesa do monopólio religioso (Dias, 1996, p. 26).

Portanto, a Igreja não se limita ao estritamente religioso e expande-se por intermédio de sua atuação nos meios políticos, sociais, educacionais e culturais. Para que se efetivasse essa ação, a Igreja católica brasileira assumiu uma política de formação de uma elite intelectual capaz de exercer influências na recristianização burguesa e liberal, e na mobilização de leigos em favor das teses católicas (Cury, 1984). Nesse sentido, foi fundamental a veiculação da revista *A Ordem*, que se deu a partir de 1921, e a criação, em 1922, no Rio de Janeiro, do Centro Dom Vital. Ambos visavam essencialmente criticar o liberalismo em bases moralistas e reformistas, combatendo veementemente as ideias que lhes fossem contrárias. A revista, inclusive, torna-se um importante meio de divulgação das ideias católicas no país e, a partir dela, a imprensa católica

1. Em Moura (2000), é apresentada uma lista desses colégios, sendo identificados o ano de sua fundação, o município onde se localizam e sua respectiva mantenedora.

nacional se fortalece. Os seus textos são publicados em vários órgãos da “boa imprensa” espalhados pelo Brasil, incluindo o periódico *A Palavra*, da diocese de Pelotas (que já circulava dez anos antes da criação de *A Ordem*). Dessa forma, a Igreja pretendia divulgar os valores religiosos e extirpar da sociedade a influência maçônica, positivista e comunista.

Assim, desde a implantação da República brasileira já se assistia, no campo educacional, a uma importante disputa entre os defensores dos interesses católicos e os defensores dos interesses laicos, disputa essa que, a partir dos anos de 1920, ganha força com as ideias católicas apreoadas pelo Centro Dom Vital em contraposição ao laicismo proposto pela Associação Brasileira de Educação.

O Centro Dom Vital, ligado à Igreja católica, por meio de pensadores como Jackson de Figueiredo e Tristão de Athaíde, assumiu grande importância do ponto de vista educacional, pois nele eram formuladas propostas pedagógicas para a educação brasileira². Essas propostas tinham por base a disseminação do ensino religioso obrigatório em todas as escolas, uma vez que as ciências especulativas deveriam estar subordinadas à ética e à teologia. Segundo elas, a educação escolar deveria possuir como ideal a ordem e a hierarquia no sentido de controle dos instintos sob as ordens do espírito, sendo que a educação das crianças deveria ficar ao encargo, sobretudo, da família e da Igreja.

A Associação Brasileira de Educação (ABE) contrapunha-se a essa concepção. Ela foi criada em 1924 por um grupo de intelectuais (advogados, médicos, professores e engenheiros) que, fundamentados na ideia de que na educação residia a solução dos problemas nacionais, realizaram uma ampla campanha pela causa educacional. Tendo por base o Movimento da Escola Nova, propunham políticas e estratégias de intervenção na defesa de uma escola pública, leiga, universal e gratuita. Essa associação buscava sensibilizar, principalmente, o poder público e a classe dos educadores para os problemas da educação brasileira. Ao promover simpósios, debates, cursos e congressos nacionais de educa-

2. Sobre o uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia, ver Carvalho (1994).

ção, constituiu-se na principal propagandista e articuladora do chamado movimento de renovação educacional, que se desenrolou no Brasil nos anos de 1920 e 1930 e acabou estendendo-se até os anos de 1960³.

A Igreja católica, que inicialmente participava das discussões promovidas pela ABE, com o tempo foi manifestando forte oposição a esse grupo por entender que as pretensões da ABE redundariam no monopólio estatal da educação, o que representaria um risco de esvaziamento das escolas privadas e uma ameaça aos privilégios que até aquele momento eram assegurados somente às elites.

Por sua vez, o movimento renovador liderado pela ABE apresentava-se bastante confuso no campo teórico. Diferentes doutrinas sobre educação eram discutidas nas Conferências Nacionais de Educação promovidas por esta associação. Em 1931, quando o Governo Vargas solicitou a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, estabeleceu-se uma grande polêmica em relação ao ensino laico e à escola pública. Em função disso, os líderes do movimento renovador resolveram levar a público, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no qual ficavam definidos a ideologia e os princípios dos reformadores. Esse documento suscitou debates e polêmicas entre os reformadores e os defensores dos interesses católicos na educação, refletindo-se, sobretudo, na elaboração das Constituições de 1934 e de 1937, e nas discussões no campo educacional brasileiro até a década de 1960.

Em Pelotas, acompanhando uma tendência organizacional do laicismo e catolicismo no país, são constituídas duas associações de professores que tinham por objetivo discutir questões políticas que envolviam seus interesses no âmbito educacional, assim como respaldar o trabalho docente. São elas a Associação Sul Rio-Grandense de Professores e a Associação Católica de Professores e Cultura Social.

As fontes que serviram de base para a presente análise, além da bibliografia existente sobre o tema, foram os livros de atas da Associação Sul Rio-Grandense de Professores, nos quais eram registradas as reuniões

3. Nagle (1974) e Carvalho (1998), em suas teses de doutorado, fazem importantes reflexões sobre esse tema.

do Conselho Diretor e as reuniões de Assembleia Geral da Associação, e três periódicos que circularam nesse período na cidade de Pelotas.

As primeiras fontes analisadas foram os documentos arquivados na Associação Sul Rio-Grandense de Professores. Entre eles, estava o Livro de atas do Conselho Diretor (1929-1933), o Livro de atas da Assembleia geral (1929-1936), o Livro das Diretorias (1929-1981), o Livro de atas do Conselho Diretor (1933-1937), o Livro de atas do Conselho Diretor e Assembleia geral (1938-1942) e o Estatuto da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (Pelotas, 1953). A partir daí, buscou-se analisar os documentos encontrados na linha indicada por Werle (2004), como elementos pré-textuais, que indicam representações, simbolizações da instituição, articulações de poder, valores, práticas e propostas.

Importa ressaltar que, na década de 1930, o jornal era uma das principais formas de comunicação e representava muito das ideias e posições políticas existentes no município. Considerando essas questões, foram escolhidos os jornais *A Opinião Pública* e o *Diário Popular*, pois foram os únicos periódicos de edição diária que mantiveram circulação ininterrupta durante todo o período proposto para este trabalho. O *Diário Popular*, até o início da década de 1930, era o órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR); o jornal *A Opinião Pública* não estava oficialmente ligado a nenhum partido político, embora, segundo Oliveira (2005), em 1928 alguns de seus diretores fossem membros do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). A nota que se destacava, sempre na sua primeira página era: “A Opinião Pública – jornal independente – órgão dos interesses gerais”. O jornal católico da diocese de Pelotas, *A Palavra*, de circulação quinzenal, e, por vezes mensal, também se constituiu em fonte, pois por meio dele foi possível acompanhar a trajetória da Associação Católica de Professores e Cultura Social. Embora apareçam notas esporádicas em outros periódicos sobre a atuação dessa instituição, é neste jornal católico que ela aparece de forma mais detalhada e contínua.

Conforme Barreira (2004), os periódicos são uma fonte em potencial que fornecem elementos substanciais quanto ao contexto e às disputas locais. Le Goff (1996) afirma que todo registro é fruto de um contex-

to, e não é possível analisá-lo de forma isolada. Os periódicos citados compõem uma gama de documentos que são fontes para análise e estão imersos em uma realidade que precisa ser compreendida e relacionada para que se entenda a sua produção. A imprensa como fonte de pesquisa possibilita uma análise sociopolítica de um determinado período, podendo-se perceber os conflitos e as disputas locais, os quais, relacionados à conjuntura nacional, permitem explicar as singularidades locais. Nóvoa (1997, p. 11), ao discorrer sobre a utilização da imprensa como fonte, faz a seguinte afirmação: a análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente. Trata-se, por isso, de um corpus essencial para a história da educação.

Busca-se, então, a partir da análise dessas fontes escritas, entender o contexto em que se constituíram a Associação Sul Rio-Grandense de Professores e a Associação Católica de Professores⁴.

Cabe destacar que, no período em estudo, o Estado estimulou a criação de organizações associativas e/ou sindicais. A nota a seguir explicita esta afirmação.

Associações: representação Profissional.

A liberdade de associação é forma preciosa das garantias oferecidas pelo direito público. Aos cidadãos assiste a faculdade de se reunirem sob a bandeira associativa para exercer em conjunto uma atividade comum, com um objetivo lícito. Ao Estado cumpre assegurar a liberdade de associação, em toda a sua plenitude. É essa uma conquista da civilização, proclamada em todos os códigos políticos modernos, sem outras restrições que não sejam as dispostas

4. Destacam-se como referenciais teórico-metodológicos que subsidiam esta pesquisa os estudos de Amaral (2003), Bastos e Catani (1997), Barreira (2004), Carvalho (1998), Cury (1988), Gonçalves (2007), Le Goff (1996), Lawn (2006), Lelis (2001), Louro (1989), Monarcha (1999), Nóvoa (1991, 1997), Oliveira (2005), Peixoto (2005), Tambara (2002), Vicentini (2004) e Werle (2004).

pela moral e ordem pública. Mas, não basta assegurar o direito de associação. Era mister protegê-lo. E o Estado vem ao encontro do regime associativo, dando-lhe a proteção que merece [*Diário Popular*, 12 jan. 1933].

De acordo com Nóvoa (1991), as adesões coletivas, no caso do professorado, propiciam a formação de uma identidade profissional. A profissão docente fica submetida, a partir da adesão coletiva, a um conjunto de normas e de valores. Os coletivos, implícita ou explicitamente, fazem parte da construção das identidades.

A escola, na década de 1930, passa a ocupar um espaço de maior significação para a sociedade brasileira, sendo entendida como formadora de cidadania e responsabilizada pelo progresso do país. Consequentemente, o professorado recebe maior destaque social. De acordo com Vicentini (2004), há uma visão fortemente idealizada da docência que exaltava o sacrifício e a abnegação daqueles que a exerciam.

A organização coletiva dos professores propicia a consolidação e valorização do seu fazer específico. Assim, fortalece-se a compreensão de que para exercer o magistério é necessário um rol de conhecimentos afins, ideia que, potencializada, estimula a profissionalização do magistério.

Portanto, a criação da Associação Católica de Professores e Cultura Social e da Associação Sul Rio-Grandense de Professores é algo significativo na história regional da profissão docente. Elas tinham por objetivo congregar os professores ligados ao ensino laico e católico e representá-los em seus interesses, propiciando acesso a conhecimentos necessários ao seu fazer docente, devendo ser compreendidas no âmbito das políticas nacionais que estimularam a criação das associações e das políticas que ampliaram a rede de ensino público.

A Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRGP)

A ASRGP foi criada em 1929, com sede na cidade de Pelotas, e tinha por objetivo, de acordo com o seu estatuto, ser uma representação dos

professores na região. Sua primeira diretoria foi composta pelos seguintes professores: Jenny Oliveira Passos, Braulinda Fernandes, Alice D'Ávila, Joaquim Alves da Fonseca, José Grunwald, Emilio Boeckel e Virgilio Carreiro Leão. Todos eles eram docentes de destacada atuação, sendo que Boeckel era o diretor da Escola Complementar de Pelotas, que também foi criada nesse mesmo ano.

A fundação da associação foi divulgada pelos jornais locais no mês de outubro de 1929, sendo aproveitada a ocasião para homenagear os professores pelo seu dia. Supõe-se, aqui, uma intencionalidade na escolha da data de sua criação

A associação realizava suas reuniões na Biblioteca Pública Pelotense e uma das primeiras ações da instituição foi definir o estatuto. A seguir são expostos seus objetivos:

Art.1 – Os principais objetivos da Associação Sul Rio-Grandense de Professores, fundada em Pelotas, no dia 14 de outubro de 1929, são os seguintes:

- a) Pugnar pelo aperfeiçoamento da instrução e da educação no Rio Grande do Sul, introduzindo métodos e processos novos adaptando outros já usados em alguns países, criando bibliotecas, gabinetes e laboratórios pedagógicos, realizando palestras, promovendo congressos, caravanas de professores, etc.;
- b) Procurar manter e aumentar a coesão entre os vários elementos que, no Rio Grande do Sul, se dedicam ao magistério oficial ou particular, seja primário, secundário, superior, profissional ou artístico;
- c) Manifestar-se sobre reformas ou modificações feitas nos vários departamentos da instrução e educação relativas ao problema educativo no Rio Grande do Sul;
- d) Intervir, sendo solicitada, na defesa dos direitos ou da reputação dos seus associados quando estes injustamente forem prejudicados; desde que essa ação não prejudique outros associados;
- e) Criar secções em todos os municípios do nosso estado;
- f) Aproximar os Paes dos professores;
- g) Solenizar, em todo o Estado, o dia 15 de outubro, consagrando ao professor [Estatuto da Associação Sul-Riograndense de Professores, 1953].

Pelos objetivos propugnados, percebe-se que a ASRGP pretendia ser também um órgão de representação estadual, buscando consolidar-se como espaço de formação e reivindicação do professorado gaúcho.

A estrutura organizacional dessa instituição era inicialmente constituída por um Conselho Diretor, havendo reuniões de Assembleia geral, que congregavam todos os sócios. A convocação para a assembleia era feita por meio dos jornais da cidade, publicada mais de uma vez e em mais de um jornal, o que indica o empenho da diretoria na efetiva participação dos sócios na Assembleia geral da associação.

Como a associação foi fundada próximo ao Dia do Professor, cabe observar que sempre no mês de outubro eram realizadas atividades de comemoração ou formação que faziam referência ao aniversário da instituição e ao Dia do Professor, como se pode perceber no trecho a seguir:

Solenemente comemorada a data de fundação da ASRGP

Realizou-se, sábado último, às 20:30 horas no salão nobre da Bibliotheca Pública Pelotense, uma reunião litero-musical, promovida pela Associação Sul Rio-Grandense de professores em comemoração ao 10º aniversário de fundação dessa conceituada entidade. A solenidade revestiu-se do máximo brilhantismo, tendo sido assistida por numerosa e seleta concorrência. Fez o discurso oficial o Sr. Alvacir F. Collares, que recebeu ao terminar sua bela oração farta salva de palmas [*Diário Popular*, 17 out. 1939].

É interessante destacar que, um ano após a criação da ASRGP em Pelotas, em 1930, em Porto Alegre foi fundada a Associação Rio-Grandense de Educação. Sobre o assunto, lê-se: “Não há inconveniente algum em ser sócio de ambas associações: ao contrário há até vantagens” (Ata do Conselho Diretor, 22 nov. 1930). Constata-se, dessa forma, que possivelmente não havia restrições no que se refere ao fato de os professores se associarem a mais de uma instituição.

Na análise dos estatutos da ASRGP, constata-se que a associação tinha por objetivo a criação de seções em outras cidades, a fim de descentralizar a instituição e constituir-se em uma representação estadual. No entanto, ao que tudo indica, isso não ocorre de forma tão tranquila, pois alguns municípios não concordavam com os princípios explicitados nos estatutos da associação. Pelo que consta na Ata n. 14 do Conselho

Diretor, foram criadas seções da associação nas cidades de Rio Grande, Bagé, Dom Pedrito, Cachoeira e Caxias do Sul. Ressalta-se que, nos municípios em que não existiam as condições necessárias para montar uma seção, mas havia interesse de professores em participar da instituição, estes poderiam fazê-lo na modalidade de sócios correspondentes, na qual o vínculo era estabelecido direto com a ASRGP, por meio de correspondência.

A manutenção da associação dava-se pela colaboração dos associados e pelas arrecadações em atividades realizadas, como: palestras, confraternizações, cursos e outras atividades. Os gastos da associação correspondiam, por exemplo, a passagens e alimentação para palestrantes, material de escritório e divulgação de atividades na imprensa local.

Em 1932, foi realizado um festival em prol da associação, que necessitava angariar fundos para sua manutenção, e nesta atividade o presidente afirma: “falta recompensa material aos professores” (*Opinião Pública*, 25 out. 1932). Entenda-se recompensa material como remuneração – é importante salientar que nesse período as reivindicações no que se refere à baixa remuneração dos professores pouco aparecem nas fontes estudadas.

Dentre as ações desenvolvidas pela ASRGP, é possível destacar as que tinham em vista a formação e representação do professorado, comemorações e confraternizações – principalmente o Dia do Professor –, atividades de descentralização, por meio da criação de pontos da associação em outros municípios, e, por último, mas em igual importância, as atividades de arrecadação financeira para sua manutenção.

As atividades de formação para os professores ocupavam maior destaque dentre as realizadas pela ASRGP. Eram desenvolvidas durante todo o ano e muitas vezes os palestrantes eram representantes da própria associação ou expoentes do magistério local. De modo geral, as palestras e cursos eram abertos aos professores e à comunidade, independentemente de os participantes serem ou não associados. Em vários momentos, foram divulgadas atividades para capacitar o professorado em alguma temática específica, como se pode observar no trecho a seguir:

Sexta-feira próxima inicia suas palestras didáticas sobre Física, Química, Biologia, Psicologia, Literatura e Português a Associação Sul Rio-Grandense de Professores. Tais preleções destinadas aos sócios e a outras pessoas interessadas em nossa instrução se farão as quartas e sextas-feiras das 17h às 18h na Bibliotheca Pública Pelotense [*Opinião Pública*, 2 set. 1933].

Nas duas décadas pesquisadas, a associação sempre realizou ações voltadas para a formação docente, e os temas propostos para o debate acompanhavam o contexto político-educacional do período. Durante o governo de Getúlio Vargas, foram oferecidos aos professores palestras e cursos que estimulavam a aplicabilidade da política de governo, com temas como o nacionalismo, o civismo, o higienismo, a exaltação da pátria e o ensino público e laico.

É preciso ter claro que a educação no período em análise ocupa papel fundamental na implementação das políticas de Estado. O professor foi sujeito essencial para ampliar as redes de ensino, possibilitar a alfabetização e consolidar a nacionalidade brasileira. Nesse sentido, a valorização do magistério e sua responsabilização pelo futuro da nação eram estratégias do Estado. O estímulo para a mulher ingressar no magistério fazia parte desse contexto, pois garantia uma força de trabalho necessária, sem maiores inconvenientes.

A formação de professores foi estimulada pela criação de escolas complementares e escolas normais. Por meio delas, o fazer docente gradativamente ganhava especificidade e já não poderia ser desenvolvido por uma pessoa sem formação, embora ainda hoje existam professores atuando sem habilitação.

No caso de Pelotas, conforme já foi dito, no mesmo ano da criação da primeira escola pública de formação de professores, a Escola Complementar de Pelotas, foi fundada a ASPGP, tendo como um dos membros de sua diretoria o diretor dessa escola. A constituição da ASRGP, portanto, deve ser compreendida nesse contexto de preocupação com a formação docente e de valorização de sua atuação profissional.

Cabe retomar a ideia de que a profissionalização do magistério implica um saber específico para o exercício da docência. No período em

análise, a criação de escolas específicas para a formação docente, bem como a valorização dessa formação, reforçam a ideia de que se percorria um caminho em direção à profissionalização do magistério.

Conforme já foi dito, a ASRGP agregava às comemorações de seu aniversário as festividades alusivas ao “Dia do Professor”. Constata-se, inclusive, o empenho da diretoria em oficializar esse dia como feriado: “a quinze de outubro, dia do professor, publicar-se-á um convite nos jornais para que sejam suspensas todas as aulas desta cidade” (Ata do Conselho Diretor, 28 set. 1932). Pode-se afirmar que, embora nas fontes estudadas não haja referências à organização da categoria por melhoria salarial dos professores, a ASGP foi uma instituição que tinha por objetivos respaldar, valorizar e melhorar as condições de trabalho docente.

De acordo com Vicentini (2004), a comemoração da data em homenagem ao Dia do Professor surgiu em 1933, quando a Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal tomou a iniciativa de comemorar a data, fazendo uma homenagem aos primeiros mestres⁵. Embora essas comemorações tenham recebido estímulo da Igreja católica, o dia 15 de outubro assumiu, com o transcorrer do tempo, outros significados que não aqueles vinculados ao catolicismo. Vicentini (2004, p. 16) aponta que:

[...] a celebração do Dia do Professor afirmou-se como um modo de dar visibilidade ao magistério, assegurando-lhe um espaço não só para divulgar os festejos da data, mas também para explicitar os problemas enfrentados

-
5. Em 1933, a Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal (APC-DF) festejou o Dia do Primeiro Mestre com uma missa e uma sessão cívica realizada no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, tendo como referência a data da “primeira lei sobre o ensino primário no Brasil”, marcada pela aliança entre o Estado e a Igreja no país, pois em 15 de outubro de 1827 o Senado do Império criou escolas de primeiras letras e designou para as paróquias existentes no Brasil. Tal ideia partiu do presidente da APC-DF (Everardo Backheuser) que atuou na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, após a sua reconversão ao catolicismo em 1928, enganhou-se na arrematamento do magistério católico mediante a fundação da APC-DF (Vicentini, 2004, p. 17-18).

pela categoria e os embates travados para legitimar diferentes concepções sobre a profissão.

Das comemorações realizadas pela ASRGP, destaca-se a preocupação em reunir para confraternizar e propiciar um espaço de convívio entre os professores, como se observa: “realizou nessa noite, no salão de honra da Biblioteca Pública um programa lítero-musical em comemoração ao dia do professor, comparecendo inúmeros sócios e amigos da classe professoral (Ata da Assembleia ordinária, 14 out. 1940, *Livro de atas do Conselho Diretor e Assembleia Geral*, 1938-1942).

Ressalta-se que a ASGRP existe até os dias atuais. Em função da maior representatividade de outras instituições que congregam os interesses de professores públicos estaduais e municipais, seus propósitos iniciais, hoje, praticamente inexistem. Em seu prédio próprio, no centro da cidade, há uma biblioteca aberta aos sócios e suas salas são cedidas para a realização de cursos e palestras ligados a outras instituições.

A Associação Católica de Professores e Cultura Social (ACPCS)

A ACPCS, encabeçando uma campanha de formação moral, religiosa e intelectual no meio social pelotense, surgiu, em 1934, da fusão da Associação de Professores Católicos (que já existia há um ano) com a filial do Centro D. Vital, do Rio de Janeiro, que se estava constituindo na cidade. Serviu-lhe inicialmente de sede um dos salões da Biblioteca Pública Pelotense.

Essa associação ministrava aulas (apologética, literatura e alemão), cursos e promovia serões literários quinzenais, nos quais seus associados debatiam temas proferidos por palestrantes do grupo. Os assuntos eram os mais variados: estrangeirismos na linguagem, a Escola Nova e a Igreja, a “Liga Brasil Unido”, o espiritismo e o uso ilegal da medicina, a necessidade sociopsicológica do ensino religioso nas escolas, a Idade Média, entre outros. Participavam dessa associação destacados intelectuais e

professores de escolas públicas e particulares ligados ao catolicismo pelotense, como Alvacir Faria Collares, Sylvia Mello, Osmânia Campos e Waldemar Lages .

A ACPCS de Pelotas surge em um contexto nacional de ampliação e intervenção organizada da Igreja no magistério. Ela é contemporânea de várias outras associações católicas que surgiram com o objetivo de disputar a ideologia católica na sociedade em oposição clara aos preceitos da ABE e do escolanovismo. A criação da ACPCS, como já foi dito, ocorre em um momento de reorganização da Igreja católica, de ampliação dos espaços de atuação e de aglutinação de novos adeptos. As atividades desenvolvidas pela associação visavam atingir esses objetivos e, na maioria das vezes, eram abertas ao público. Percebe-se também que a participação da associação em atividades sociais do município é muito intensa, o que nos indica sua respeitabilidade e inserção nos meios sociais, especialmente entre os que defendiam o catolicismo.

É interessante notar que, embora a ACPCS realizasse diversas atividades e as comemorações do Dia do Professor tenham sido estimuladas no Brasil pela Igreja católica, na cidade de Pelotas são poucas as iniciativas da associação católica em torno desta data. Foi a Associação Sul Rio-Grandense que ocupou esse espaço e potencializou tais comemorações.

AACPCS manteve-se até 1938 e voltou a funcionar em 1949, oferecendo cursos de filosofia, latim, inglês, francês e italiano aos professores do município. Pode-se afirmar que a atuação da ACPCS foi fundamental na campanha para a implantação do ensino religioso e disseminação do catolicismo nas escolas públicas pelotenses, pois representou um elo que proporcionou a organização dos professores em torno dos interesses da Igreja no que diz respeito à educação.

A singularidade da ACPCS colocava-se principalmente em um campo de atuação que possibilitasse uma maior penetração social. A educação formal era um campo de disputa ideológica naquele período e, por intermédio do magistério, era possível ter acesso, inclusive, às escolas públicas, independentemente da política pública. “É um direito inalienável da igreja, e ao mesmo tempo um dever que não pode dispensar-se,

vigiar sobre a educação dos seus filhos os fiéis, em qualquer instituição que seja pública ou particular” (*A Palavra*, 10 maio 1930).

A Igreja católica disputava com os defensores do ensino laico a oficialização do ensino religioso nas escolas públicas, reivindicação digna de polêmica e impopular entre muitos cidadãos e docentes. Neste intento, a atuação dos professores ligados ao catolicismo e à ACPCS era fundamental.

No jornal *A Palavra*, há várias notas que defendem o ensino religioso (católico) nas escolas. As justificativas são diversas, mas interessa aqui explicitar que a Igreja estava interessada em defender ferrenhamente sua inserção nas instituições educativas públicas e, para isso, constrói a ideia de que a educação baseada nos princípios do catolicismo é a única viável para os católicos.

A educação rigorosamente científica, imbuída da neutralidade religiosa proposta pelas escolas públicas de educação laica, era bastante questionada pela Igreja, sendo identificada como a causadora “da degeneração social, do despreparo intelectual e moral da mocidade”, como se pode observar neste trecho de um artigo do padre Leonel Franca:

O laicismo pedagógico é a mutilação do homem; é a separação entre a instrução e a educação; a descontinuidade entre o lar e a escola; o dualismo entre a consciência religiosa do homem e a consciência social do cidadão. A instrução fica decapitada do que lhe constitui a coroa indispensável depois de lhe ter servido de fundamento insubstituível. Durante todo o período de formação da criança, a escola leiga ou neutra não atinge o que há de mais essencial e profundo no homem: a consciência [*A Palavra*, 16 out. 1932].

Em inúmeros artigos do periódico católico pelotense, é discutida exaustivamente a importância da implantação do ensino religioso facultativo nas escolas.

Alcançada essa concessão, que foi respaldada em nível constitucional em 1934, a Igreja passou a centrar seus esforços no crescente monopólio escolar exercido pelo governo, por meio do incentivo às escolas de ensino público em detrimento das confessionais. Mas, em se

tratando de orientação aos pais, *A Palavra* somente alertava quanto às deficiências do ensino ministrado nas escolas públicas da cidade, sem identificá-las pelo nome. Da mesma forma, não passa despercebido o empenho da Igreja em exercer influência sobre o ensino público por intermédio de professores fortemente ligados ao catolicismo. Por sua vez, no período estudado, ainda eram poucos os professores leigos que trabalhavam nas escolas católicas, já que estas tinham a maioria de seu corpo docente preenchido por representantes religiosos das irmandades.

A co-educação, ou seja, aquela praticada em estabelecimentos de ensino que atendiam conjuntamente meninos e meninas, sendo um dos ideais laicistas, também era bastante combatida pelos educadores e moralistas católicos, como se pode observar:

O criador ordenou e dispôs a convivência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimônio e, gradualmente distinta, na família e na sociedade. Além disso, não há na própria natureza, que os faz diversos no organismo, nas inclinações e nas aptidões, nenhum argumento donde se deduza que possa ou deva haver promiscuidade, e muito menos igualdade na formação dos dois sexos. Estes, segundo os admiráveis desígnios do Criador, são destinados a completar-se mutuamente na família e na sociedade, precisamente pela sua diversidade, a qual, portanto, deve ser mantida e favorecida na formação educativa, com a necessária distinção e correspondente separação proporcionada às diversas idades e circunstâncias. Aplique-se estes princípios no tempo e lugar oportunos segundo as normas da prudência cristã, em todas as escolas, nomeadamente no período mais delicado e decisivo da formação qual é o da adolescência [*A Palavra*, 4 maio 1945].

Para a Igreja, tendo por base a encíclica *Divini Illus Magistri*, do Papa Pio XI, de 1929, que considerava um erro perigoso para a educação cristã o chamado método de coeducação, a familiaridade entre os sexos propiciaria a promiscuidade, facilitando a “eclosão das más paixões, de fatos imorais e de incidentes sentimentais”.

Um aspecto interessante de ressaltar é que os associados da ACPCS não estavam, obrigatoriamente, vinculados às instituições escolares católicas. A maioria atuava em escolas públicas, como é o caso da professora Sylvia Mello, que foi professora do Colégio Elementar “Felix da Cunha” e, posteriormente, delegada de educação do município. Esse é um período em que ainda grande parte do corpo docente das escolas católicas é composta pelos quadros da própria Igreja, sendo os professores leigos uma minoria. Portanto, pode-se afirmar que as Associações Católicas de Professores criadas nesse período no Brasil têm por finalidade maior disseminar o catolicismo nas instituições públicas e laicas de ensino, por meio da atuação do professorado.

Os professores católicos eram considerados militantes pela Igreja, multiplicadores da doutrina católica, como se observa:

Hoje, mais do que nunca, precisamos de católicos militantes; não podemos ficar inativos diante da gravidade dos males de ordem moral, econômica e religiosa. [...] E as associações católicas têm sido vantajosamente empregadas nessas obras de zelo e de apostolado. Para a prosperidade dessas obras, as associações têm um valor excepcional, sendo por sua organização um verdadeiro exército que se move para realizar obras de caridade na paróquia. É de notar que essas obras concorrem muito para conservar o fervor das associações. O apostolado é uma manifestação do espírito da associação [A *Palavra*, 21 abr. 1940].

Considerando que os associados estavam vinculados a diversos espaços educacionais do município, inclusive aos públicos, destaca-se que a associação era um espaço importante de articulação dos professores em prol do ensino religioso nas escolas. Os professores que se vinculavam à ACPCS estavam, obviamente, comprometidos com os preceitos da Igreja católica. Logo, defenderiam, por convicção, seus princípios em todos os espaços em que atuassem.

Conforme já foi afirmado, a ACPCS oferecia aos professores formação em diversas áreas do conhecimento, mas deve-se destacar que

uma parcela significativa era constituída por temas referentes à religião católica. A associação foi um espaço importante para a Igreja, pois possibilitou a intervenção nas escolas públicas, que eram foco de disputa entre o ideário laico e católico entre as décadas de 1930 e 1960. Pode-se supor que muitas das questões educacionais do município foram discutidas nas reuniões dessa instituição, que realizava diversas atividades de formação, integração, confraternização, discussão e eventos sociais, como se observa:

Esta associação vem dando um belo exemplo de trabalho e assiduidade no cumprimento dos deveres regulamentares. Além dos cursos que funcionam em sua sede com grande aproveitamento dos sócios, há as palestras quinzenais que são um verdadeiro encanto para seus frequentadores. Fez a última palestra o Sr. Ruy Real que abordou os mais importantes comentários sobre o tema: Economia e Caridade. Na apreciação da palestra do Sr. Ruy Real, falaram vários sócios presentes [A *Palavra*, 2 dez. 1934].

Muitos dos temas explorados nas atividades de formação são relacionados ao catolicismo, e aqueles que se referiam aos conhecimentos gerais não poderiam opor-se aos princípios da Igreja. Entre as atividades realizadas, havia atividades culturais que cumpriam a função de ser um espaço de “integração e lazer com garantia moral”, como se observa:

Na última segunda-feira, realizou-se mais um dos interessantes e instrutivos serões desta sociedade. Reunião de fina cultura intelectual, oferece aos seus componentes uma hora de convívio em que a distinção e o culto da elegância espiritual fazem esquecer vulgaridade da vida cotidiana [A *Palavra*, 16 set. 1934].

Em setembro de 1935, uma nota no jornal *A Palavra* divulga a fundação da Associação Católica de Professores do Rio Grande (município vizinho a Pelotas), na qual consta a participação da associação de Pelotas, bem como de figuras ilustres da cidade. A Associação de Rio Grande interage com a pelotense em algumas atividades de confraternização.

Em Pelotas, no que se refere ao cotidiano da associação e ao aumento na quantidade de sócios, podem-se observar alguns apelos para que os professores católicos assumam seu compromisso com a instituição e se associem. As atividades desenvolvidas pela ACPCS estão baseadas, portanto, no compromisso dos professores com a Igreja católica.

No jornal *A Palavra*, é publicada uma matéria de página inteira sobre a palestra proferida pelo professor Everaldo Backheuser, presidente da Confederação Brasileira de Professores Católicos, na qual são explanados subsídios para os professores com argumentos sobre a disputa do laicismo e catolicismo:

Nós, porém, católicos sabemos o que é Deus. Detém-se o preclaro pedagogo em analisar a três correntes pedagógicas que propunha: O ensino com Deus; o ensino contra Deus; o ensino sem Deus. Na verdade reduzem-se a duas só, pois a terceira representada no laicismo, identifica-se na segunda. Neutralidade escolar é uma utopia! [*A Palavra*, 30 dez. 1934].

A intervenção militante realizada pelos professores católicos baseava-se no convencimento – primeiro, no deles próprios e, posteriormente, no dos outros: “arruinaremos a Igreja pela escola, e o mestre matará o padre [...] espalharam-se os sectários anticatólicos e a escola leiga é um dos mais monstruosos atentados deste século” (*A Palavra*, 13 jan. 1935). Como se pode observar, são fortes as críticas à escola laica e os católicos são conclamados a “salvarem a escola”. Portanto, a cooptação ideológica ao catolicismo era o desafio da ACPCS, especialmente no que tange às escolas públicas.

Considerações finais

A ASRGP e a ACPCS surgem em Pelotas na década de 1930 e ambas apresentam importante atuação na cidade e região. Nas reflexões sobre representatividade do magistério no estado do Rio Grande do Sul

e na cidade de Pelotas, essas duas associações precisam ser consideradas, pois ocuparam papel relevante na história da profissão docente. Os representantes do magistério local que se revezavam nas diretorias das associações eram professores ou diretores dos mais importantes estabelecimentos de ensino da cidade.

Essas instituições aproximam-se pelas iniciativas de coletivo, propiciadas por meio das atividades de formação e integração, e afastam-se pelo discurso político-ideológico por elas defendido. Durante o período analisado, encontramos apenas uma nota publicada no jornal *A Opinião Pública* que indica atuação conjunta de ambas as instituições na recepção de uma caravana de professores de Rio Grande.

Dia do Professor

Visita da caravana Rio Grandense

Muito carinhosamente foram as manifestações com que a Associação local acolheu os representantes da sua filial do Rio Grande.[...] No almoço no Grande Hotel estiveram presentes, além dos citados forasteiros, o Presidente da Associação dos Professores Prof^a Paula Alves, o prof Dr Waldemar Lages, presidente da Associação de Professores Católicos [*Opinião Pública*, 16 out. 1933].

Como foi analisado, as duas associações constituem, em âmbito local, representações do professorado e, ao mesmo tempo, refletem muito do cenário nacional. Pode-se, inclusive, inferir que o surgimento delas indica uma necessidade de organização coletiva local que é potencializada pelas disputas nacionais, caso contrário não se teriam mantido na cidade.

A ação dessas associações indica uma divisão entre defensores da educação laica e da educação católica. Esta importante disputa política colocada no cenário nacional gera debate em ambas as instituições.

A ASRGP e a ACPCS ocuparam papel relevante no que se refere à formação e à valorização social da profissão docente e constituíram importantes entidades representativas, cada uma com sua finalidade e com seus objetivos. Contribuíram para a profissionalização do professorado, pois,

além de atividades de confraternização e integração, realizavam atividades de formação, estimulando, assim, o fazer específico do professor.

A participação dos professores nessas instituições indica necessidade e disponibilidade para a organização coletiva. Entretanto, a ASRGP e a ACPCS consolidaram-se na cidade de Pelotas de formas distintas.

Por meio do periódico *A Palavra*, pode-se concluir que a Igreja católica exerceu forte influência nos professores e na educação do município de Pelotas. Essa ação consolidou-se de forma organizada mediante a criação e manutenção da ACPCS, que em vários momentos manifesta o seu objetivo central – divulgar a doutrina católica. A análise das incursões publicadas nos jornais leva a concluir que a ACPCS surge com a função de propagar e defender os interesses da Igreja católica nas instituições educacionais, principalmente nas instituições públicas, pois nas escolas religiosas isso já era garantido, por intermédio dos religiosos que lá atuavam e das próprias finalidades dessas instituições. Independentemente de ser esse o objetivo de sua criação, ela consegue aglutinar e discutir com professores questões referentes à educação. Embora realizasse atividades de formação sobre temas diversos, as preocupações que aparecem com maior destaque são relacionadas à pauta nacional da Igreja católica no que diz respeito à educação.

Já no caso da ASRGP, sua atuação justifica-se mais em prol dos professores e de suas necessidades, o que indica, de alguma forma, uma articulação com as suas reivindicações. Ressalte-se sua importante atuação na formação dos professores por meio dos cursos e palestras a eles ministrados. Em relação à ACPCS, porém, constata-se que a causa maior dos interesses do catolicismo quanto à educação sobrepuja os possíveis interesses dos professores de forma individual ou como categoria profissional.

Referências bibliográficas

AMARAL, Giana Lange do. *Gatos Pelados x Galinhas Gordas*: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930

a 1960). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A imprensa periódica educacional no Brasil (1808-1944). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CATANI, Denise Bárbara (orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

BARREIRA, Luiz Carlos. Estudo de periódicos: possibilidades para a história da educação brasileira. In: MENEZES, Maria Cristina (org.). *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931-1935). *Cadernos ANPED*, n. 7, dez. 1994.

_____. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.

_____. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988 (coleção Educação contemporânea).

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

GONÇALVES, Mauro Castilhos. *A imprensa católica em Taubaté, SP, na década de 1950 – O jornal O Lábaro*. In: ARAÚJO, José Carlos; SCHELBAUER, Anaete Regina (org.). *História da educação pela imprensa*. Campinas: Alínea, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. *Currículos Sem Fronteiras*, v. 1, n. 1. Portugal: Edições Pedagogo, p. 159-175, nov. 2006.

LELIS, Isabel. Profissão docente: uma rede de histórias. *Revista Brasileira de Educação*, n. 17. São Paulo: ANPED, p. 40-49, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Magistério de 1. grau: um trabalho de mulher. *Educação e Realidade*, v. 14, n. 2. Porto Alegre, p. 31-39, jul./dez. 1989.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2005.

MONARCHA, Carlos. Notas sobre educação nacional na “Era Getuliana”. *Revista História da Educação*. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, p. 57-68, out. 1999.

MANUEL, Ivan. *A Igreja e a educação feminina: 1859-1919, uma face do conservadorismo*. UNESP, 1996.

MOURA, Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, EDUSP, 1974.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Revista Teoria e Educação*, n. 4. Porto Alegre: Pannonica Editora, p. 109-139, 1991. (dossiê Interpretando o trabalho docente).

_____. A imprensa de educação e ensino. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CATANI, Denise Bárbara (orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. *A educação durante o governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. “Magistério: idas-e-vindas de uma profissão em Minas Gerais (1889-1970)”. In Peixoto, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro (orgs.). *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. São Paulo: Autêntica Editora, 2005.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e educação – Educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. Pelotas: Ed. Universitária, UFPel, 1995.

_____. Profissionalização, Escola Normal, feminização e familização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública – 1880-1935. In: GARCIA, Maria Manuela Alves; HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos (org.). *Trabalho docente: formação e identidade*. Pelotas: Seiva, 2002.

VICENTINI, Paula Perin. Celebração e visibilidade: o Dia do Professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963). *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 8, p. 9-41, jul./dez. 2004.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.

Documentos da Associação Sul Rio-Grandense de Professores

Livro de atas do Conselho Diretor (1929-1933).

Livro de atas da Assembleia geral (1929-1936).

Livro das Diretorias (1929-1981).

Livro de atas do Conselho Diretor (1933-1937).

Livro de atas do Conselho Diretor e Assembleia geral (1938-1942).

Estatuto da Associação Sul-Riograndense de Professores (Pelotas, 1953).

Jornais e periódicos

A Palavra (1929-1949)

Diário Popular (1929-1949)

Opinião Pública (1929-1949)

Endereço para correspondência:

Adriana Duarte Leon

Rua Tapejara, 2602 – Laranjal

Pelotas – RS

E-mail: adriana.adrileon@gmail.com

Giana Lange do Amaral

Rua Três de Maio, 973 – Centro

Pelotas – RS
CEP 96010620
E-mail: giana@ufpel.edu.br

Recebido em: 30 abr. 2009
Aprovado em: 1 dez. 2009